

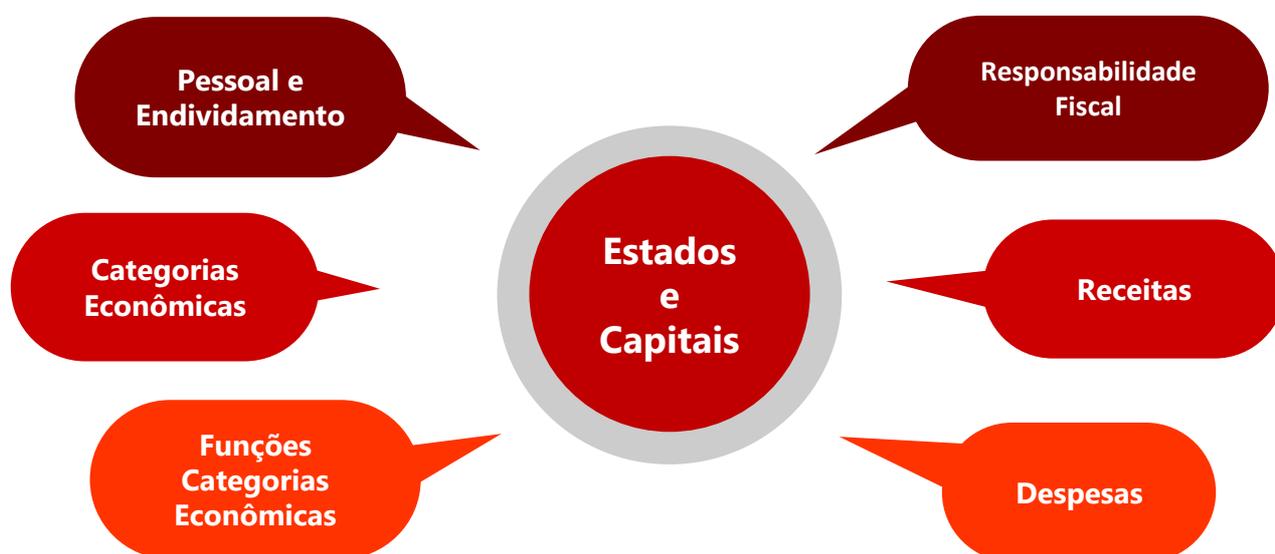
Uma Concertação pela Amazônia

Retratos temáticos – Orçamento público

João Bringel
Nelson Naibert
Rachel Monteiro
Fernando Nova da Costa Bringel
Brendha Naibert

INTRODUÇÃO

Este estudo ateve-se aos aspectos fiscais e do macro orçamento da Amazônia Legal. Tais aspectos foram correlacionados com o PIB para efeito de visualização das variáveis no contexto econômico. Assim, foram abordados os pressupostos de gestão fiscal, a receita e a despesa dos Estados e das suas respectivas capitais.



OBJETIVO DO ESTUDO

- Construir uma visão das finanças governamentais considerando:
 - Contexto econômico nacional e dos entes;
 - Legislação e normas de finanças públicas;
 - Execução orçamentária dos orçamentos fiscal e da seguridade social dos entes a partir do exercício de 2014.

METODOLOGIA

Construção das bases de dados sobre o desempenho dos principais agregados de controle fiscal, das receitas e das despesas.

Fonte dos dados:

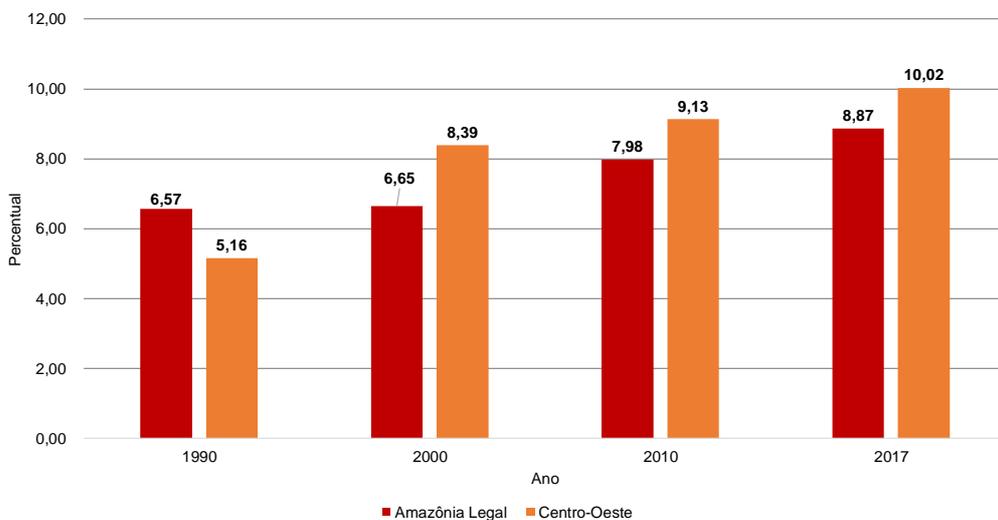
- Informações declaradas no SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia (ME) e portais de transparência dos entes;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- RADAR/PNUD.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Região com **crescimento econômico insuficiente** para uma redução acelerada da **desigualdade de renda**
- Crescimento do PIB diferenciado das unidades federadas
 - No Amazonas, observou-se uma desaceleração do PIB e uma aceleração do crescimento populacional
 - No Maranhão, observou-se uma aceleração do PIB e uma desaceleração do crescimento populacional
- Nos estados do Amazonas, Pará e Amapá, observou-se um empobrecimento relativo da população em relação ao Brasil
- Os estados do AC, MT, AM e RR apresentam elevado comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com as despesas de pessoal
- Os estados de RR, TO, MA e MT possuem avaliação de risco efetuada pela STN, a qual implica em **restrições para obtenção de garantias** na obtenção de financiamentos
- Os principais **riscos estão associados à poupança corrente e à liquidez**
- Exceto pelos ex territórios do AP e RR, todos os estados apresentaram **déficits previdenciários**, o que implicou em aportes do Tesouro
- Os déficits previdenciários se concentram no Plano Financeiro
- Em 2019, as receitas não haviam alcançado o patamar de 2014
- As receitas correntes aumentaram, mas não o suficiente para cobrir a redução observada nas receitas de capital
- **Crescimento expressivo da receita tributária e de contribuições**
- Os financiamentos representaram na média 46,7% dos investimentos
- Em 2019, os ingressos de operação de crédito foram 58,7% inferiores aos de 2014. As **transferências de capital caíram 75,6%** no período 2014-2019
- A região apresenta uma **elevada rigidez orçamentária**, agravada pelo aumento nas despesas com pessoal e déficits previdenciários no Plano Financeiro
- Cinco agregados e funções representam 93,6% dos gastos dos governos
- As **despesas de pessoal** tiveram um **crescimento real de 14,1%** no período 2014-2019
- Os **investimentos foram reduzidos** em 64,5% no período 2014-2019
- A região cumpre os mínimos constitucionalmente exigidos para aplicação em saúde e educação
- O FUNDEB tem sua alocação destinada praticamente de forma exclusiva para acorrer à remuneração dos profissionais da educação

PRINCIPAIS RESULTADOS: CONTEXTO ECONÔMICO

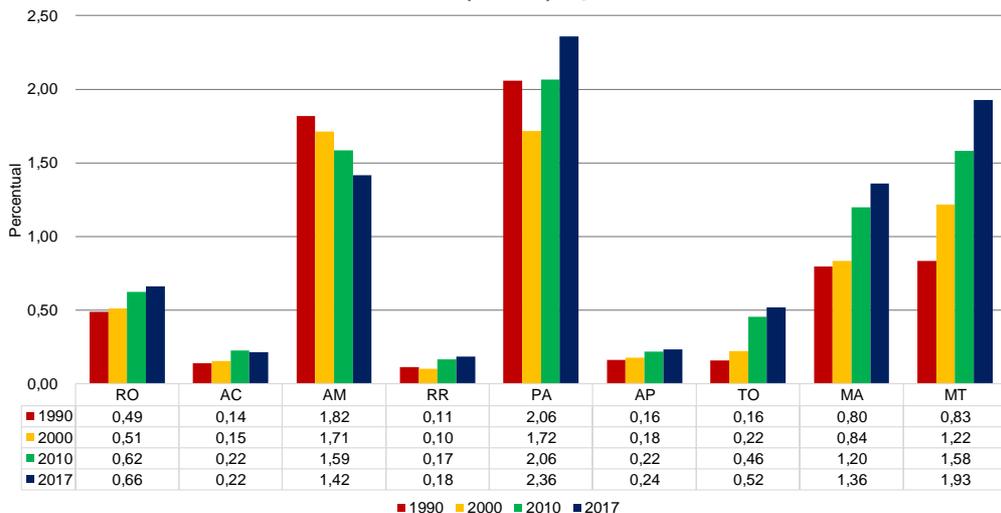
Percentual de participação no PIB nacional



Período 1990-2017

- Em 17 anos, a participação da Amazônia Legal no PIB Nacional se elevou 2,30%;
- Esse aumento é insuficiente para uma redução acelerada da desigualdade regional de renda;
- O crescimento foi diferenciado entre os estados, resultado, inclusive, do aumento relativo dessa desigualdade.

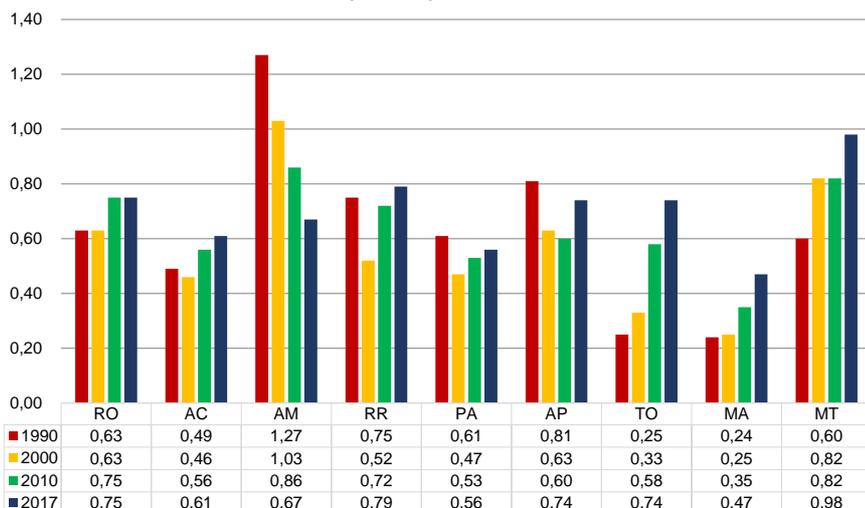
Percentual de participação no PIB nacional



Período 1990-2017

- 8 estados da Amazônia Legal elevaram suas respectivas participações no PIB nacional;
- O Amazonas foi o único estado com redução de participação no PIB nacional.

Razão entre o PIB per capita da UF e o nacional



Período 1990-2017

- 6 estados reduziram a diferença para o PIB per capita nacional;
- Nos estados do Amazonas, Pará e Amapá observa-se um aumento da diferença para o PIB per capita nacional;
- Os estados do Tocantins, Maranhão e Mato Grosso foram os que mais reduziram a diferença.

PRINCIPAIS RESULTADOS: CONTEXTO ECONÔMICO

Despesas dos Estados

Percentual do PIB

UF	Ano			
	2014	2015	2016	2017
SC	4,8%	5,1%	5,1%	5,0%
SP	5,7%	5,8%	5,5%	5,6%
MT	6,0%	5,5%	5,4%	6,3%
AM	8,3%	7,9%	8,3%	7,7%
PA	9,3%	9,8%	9,7%	9,2%
RO	11,2%	9,6%	9,8%	9,6%
PE	10,9%	9,9%	9,7%	9,8%
MA	11,3%	11,4%	12,0%	12,8%
TO	16,9%	14,8%	16,1%	15,8%
AP	23,6%	20,4%	20,3%	19,1%
RR	19,8%	19,4%	22,5%	22,5%
AC	29,2%	26,2%	25,9%	27,7%

Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social em Percentual do PIB

UF	Ano			
	2014	2015	2016	2017
SP	6,6%	6,8%	6,7%	6,6%
SC	8,5%	8,8%	9,4%	9,2%
MT	9,3%	9,1%	9,7%	9,8%
AM	11,2%	11,4%	12,4%	12,0%
PA	15,4%	15,7%	16,7%	16,7%
PE	17,2%	16,5%	16,7%	16,7%
RO	19,1%	19,4%	20,3%	19,3%
MA	19,9%	20,5%	21,7%	22,1%
TO	23,3%	21,7%	23,2%	22,2%
AC	30,7%	31,4%	32,9%	33,9%
AP	36,5%	36,7%	38,3%	38,2%
RR	42,5%	43,5%	43,3%	43,5%

Período
2014-2017

- A proporção da despesa dos estados em relação ao PIB varia de 7,7% no AM até 27,7% no AC;
- A proporção da Administração Pública no PIB varia de 9,8% no MT a 53,5% em RR;
- Esses percentuais são superiores aos encontrados para SC e SP.

PRINCIPAIS RESULTADOS: INDICADORES FISCAIS

LRF Cumprimento de Limites

Despesa de Pessoal 2019

Limite	UF
Acima do Limite Máximo	AC, MT
Acima do Limite Prudencial	AM
Acima do Limite de Alerta	RR
Abaixo do Limite	RO, PA, AP, TO, MA

Avaliação de Risco STN

Status	UF	Classificação
Garantia do Tesouro Nacional	RO	A
	AC, AM, PA	B
Sem Garantia do Tesouro Nacional	RR, TO, MA, MT	C

Aportes do Tesouro Estadual Previdência em 2019

UF	R\$ Milhões	% RCL
AC	543,36	-10,14%
AM	1.404,17	-9,37%
PA	1.839,45	-8,48%
MT	1.444,65	-8,42%
MA	952,64	-6,56%
TO	478,56	-6,50%
RO	216,05	-2,95%

- Os estados do AC e do MT apresentaram maiores comprometimentos com a despesa de pessoal;
- Não há avaliação de risco para o Amapá;
- Os estados de RR, TO, MA e MT estão impedidos de obter garantia do Governo Federal na obtenção de financiamento;
- Os estados de Roraima e Amapá não apresentaram déficits previdenciários;
- Os estados de RO, AM, PA, TO e MA apresentam déficit previdenciário apenas no Plano Financeiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS: RECEITAS

Receita	R\$ Milhões de 2019						% Participação	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014	2019
Receita Corrente	133.125,3	117.733,0	124.852,6	123.795,9	130.022,2	138.239,6	94,0%	97,7%
Receita Tributária	57.596,0	52.677,6	55.808,0	57.724,5	65.218,0	68.961,6	40,7%	48,8%
Impostos	56.028,2	51.120,8	54.043,7	55.907,1	63.415,9	66.685,1	39,6%	47,1%
Taxas	1.567,8	1.556,7	1.764,2	1.817,4	1.802,1	2.276,5	1,1%	1,6%
Contribuições	5.983,2	5.827,7	5.471,0	5.835,0	7.805,8	8.143,5	4,2%	5,8%
Demais Próprias	6.412,8	5.971,9	7.165,7	5.909,4	5.144,1	5.764,5	4,5%	4,1%
Transferências Correntes	51.238,4	48.141,7	51.629,6	48.582,8	49.354,4	52.555,2	36,2%	37,2%
FPE	33.550,1	31.627,4	34.306,6	31.667,1	32.712,1	34.192,4	23,7%	24,2%
FUNDEB	10.575,7	10.183,8	10.339,3	10.449,1	10.424,6	10.879,6	7,5%	7,7%
Recursos SUS - Repasses Fundo a Fundo	3.014,0	2.760,3	2.775,1	2.834,4	2.746,7	2.818,8	2,1%	2,0%
Demais Transferências Correntes	4.098,6	3.570,2	4.208,6	3.632,2	3.471,0	4.664,4	2,9%	3,3%
Outras Receitas Correntes	10.572,5	4.115,9	3.616,5	4.154,8	2.500,1	2.814,8	7,5%	2,0%
Receitas de Capital	8.458,6	3.120,2	3.140,7	2.634,7	3.950,0	3.221,9	6,0%	2,3%
Operações de Crédito	6.674,2	2.435,5	2.222,8	1.798,3	3.222,2	2.756,7	4,7%	2,0%
Transferências de Capital	1.387,3	441,6	707,3	572,7	527,9	338,6	1,0%	0,2%
Demais Receitas de Capital	397,1	243,1	210,6	263,7	199,9	126,6	0,3%	0,1%
TOTAL	141.583,9	120.853,2	127.993,3	126.430,6	133.972,2	141.461,5	100,0%	100,0%

* Exceto Receita Intraorçamentária.

Período 2014-2019

- Em 2019, as receitas ainda não haviam alcançado o patamar de 2014;
- O crescimento das receitas correntes foi inferior à redução das receitas de capital;
- Crescimento significativo da receita de impostos e contribuições;
- Redução das receitas correntes próprias, essencialmente das patrimoniais;
- Redução nas transferências do SUS.

Item	Ano					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1 - Regra de Ouro	2,382	3,778	3,959	5,116	3,414	3,337
2 - % de Investimentos Financiados	53,8%	43,5%	43,6%	32,1%	44,8%	62,7%
3 - % Transferências Correntes / Receitas Correntes	38,5%	40,9%	41,4%	39,2%	38,0%	38,0%
4 - % Receita Tributária / Receita Gerada	71,5%	76,8%	77,5%	78,4%	80,9%	80,5%
5 - % FPE / Transferências Correntes	65,5%	65,7%	66,5%	65,2%	66,3%	65,1%
6 - % FUNDEB / Transferências Correntes	31,5%	32,2%	30,1%	33,0%	31,9%	31,8%
7 - % SUS / Transferências Correntes	5,9%	5,7%	5,4%	5,8%	5,6%	5,4%
8 - % Receita Tributária / PIB	8,9%	8,7%	9,1%	9,1%		
9 - % ICMS / PIB	7,6%	7,2%	7,5%	7,5%		
% Receita Total / PIB	22,0%	19,9%	20,9%	19,8%		

1 - Regra de Ouro = Despesa de Capital / Receitas de Operações de Crédito

2 - % Operações de Crédito / Investimentos

Período 2014-2019

- Cumprimento da regra de ouro;
- Investimentos dependentes de financiamentos;
- Elevada participação do FPE nas transferências correntes;
- Crescimento da receita tributária em proporção do PIB;
- Redução do total das receitas em proporção ao PIB.

PRINCIPAIS RESULTADOS: RECEITAS

ICMS	Percentual de Participação					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Elétrica	6,6%	8,6%	9,0%	9,2%	10,1%	10,3%
Combustíveis - Petróleo - Lubrificantes	21,1%	21,4%	21,5%	23,9%	26,2%	25,5%
Setor Primário	3,1%	4,0%	3,3%	2,7%	2,5%	2,4%
Setor Secundário	17,7%	16,8%	16,5%	17,7%	18,1%	17,4%
Setor Terciário	46,4%	44,4%	43,1%	39,0%	37,4%	37,8%
Dívida Ativa	0,7%	1,0%	0,7%	1,3%	1,0%	1,0%
Outros	4,6%	4,0%	6,1%	6,2%	4,9%	5,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CONFAZ.

**Período
2014-2019**

- Aumento da participação da cobrança sobre energia elétrica e combustíveis;
- Redução da participação dos setores primário e terciário;
- Aumento da participação da receita de cobrança da dívida ativa.

Despesas por agregados das funções

Agregado e Função	Percentual de Participação						% ACM 2019
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Encargos Especiais	14,5%	15,5%	15,2%	14,8%	14,7%	14,7%	14,7%
Freios e Contrapesos	11,7%	12,5%	13,5%	13,4%	13,0%	13,3%	27,9%
Investimento Social	39,5%	42,2%	41,7%	41,7%	43,0%	43,7%	71,6%
Gasto Social	12,2%	14,1%	14,7%	15,1%	15,1%	16,5%	88,1%
Administração	8,1%	7,0%	6,9%	6,6%	5,4%	5,5%	93,6%
Logística	5,3%	3,1%	2,8%	3,3%	2,7%	2,6%	96,1%
Economia	2,4%	1,8%	2,0%	1,9%	2,1%	1,7%	97,8%
Infraestrutura Social	3,4%	2,2%	1,8%	1,8%	2,6%	1,0%	98,8%
Investimento Sociedade	2,0%	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%	0,7%	99,4%
Gestão Ambiental	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%	99,8%
Ciência e Tecnologia	0,4%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	100,0%

**Período
2014-2019**

- Crescimento da participação dos gastos com Encargos Especiais, Freios e Contrapesos, Investimento Social e Gasto Social;
- Redução em todos os demais agregados e funções;
- Elevada rigidez orçamentária;
- Relevância das funções Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia é menor.

PRINCIPAIS RESULTADOS: DESPESAS

Despesa por categoria econômica

Grupo de Despesa	R\$ Bilhões de 2019						% Participação	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 *	2014	2019 *
DESPESAS CORRENTES	98,6	94,9	96,8	99,7	102,7	101,1	86,1%	91,7%
Pessoal e Encargos Sociais	58,1	58,2	60,3	61,8	65,4	66,3	50,7%	60,1%
Juros e Encargos da Dívida	2,1	2,4	2,2	2,1	2,1	2,2	1,8%	2,0%
Outras Despesas Correntes	39,7	34,9	34,4	35,8	35,2	32,6	34,7%	29,6%
DESPESAS DE CAPITAL	15,9	9,2	8,8	9,2	11	9,2	13,9%	8,3%
Investimentos	12,4	5,6	5,1	5,6	7,2	4,4	10,8%	4,0%
Inversões Financeiras	0,9	0,4	0,4	0,3	0,6	0,5	0,8%	0,5%
Amortização da Dívida	2,7	3,2	3,3	3,3	3,2	4,4	2,4%	4,0%
TOTAL	114,5	104,1	105,6	108,9	113,7	110,3	100,0%	100,0%
Serviço da Dívida	4,8	5,6	5,4	5,4	5,3	6,6	4,2%	6,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Balanços Declarados SICONFI/STN/MF

* o estado de Roraima não registrou informações em 2019 e, assim, utilizou-se como ajuste a despesa equivalente de 2018.

**Período
2014-2019**

- Elevação da despesa de pessoal e da sua participação no total dos gastos;
- Redução nas Outras Despesas Correntes;
- Redução drástica dos investimentos;
- Crescimento da amortização da dívida;
- Rigidez orçamentária.

Cumprimento das obrigações constitucionais com Saúde e Educação

UF	Ações e Serviços Públicos de Saúde		Educação		Comprometimento do FUNDEB com Remunerações	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018
RO	13,52%	13,00%	25,36%	25,15%	99,49%	99,24%
AC	17,32%	14,23%	26,90%	24,77%	73,71%	99,36%
AM	22,21%	19,43%	28,06%	25,03%	100,00%	99,78%
RR	12,23%	18,21%	26,48%	24,25%	99,59%	85,25%
PA	12,97%	15,25%	25,56%	26,75%	99,98%	94,14%
AP	13,39%	14,95%	28,33%	26,90%	94,46%	96,56%
TO	21,46%	16,37%	23,92%	25,44%	97,15%	97,00%
MA	13,62%	14,46%	27,67%	31,15%	98,74%	100,00%
MT	12,60%	12,21%	25,02%	25,76%	99,42%	97,84%
SC	12,37%	14,10%	28,35%	27,15%	99,29%	93,84%
SP	12,46%	13,36%	28,35%	25,07%	99,99%	99,50%

**Período
2014-2019**

- Os gastos com saúde são superiores ao mínimo exigido pela Constituição;
- A única exceção dos gastos do cumprimento com Saúde foi observado no Mato Grosso;
- Os gastos com educação também atendem ao mínimo exigido pela Constituição, exceto no estado de RR;
- Elevado comprometimento do FUNDEB com a remuneração dos profissionais da educação.